



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

IPECE Informe

Nº 34 – Junho de 2012

Edição Especial

Perfil Municipal de Fortaleza

Tema II: *Situação Fiscal* - 2000 a 2011

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – Governador

Domingos Gomes de Aguiar Filho – Vice Governador

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Eduardo Diogo – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis B. de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

Jimmy Lima de Oliveira – Coordenador de Estudos Sociais

IPECE Informe - nº 34 – Junho de 2012

Elaboração

Paulo Araújo Pontes (Coordenador do documento)

Janaína Feijó

Revisão: Laura Carolina Gonçalves

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Disponibilizar informações geosocioeconômicas, elaborar estratégias e propor políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Valores

Ética e transparência;

Rigor científico;

Competência profissional;

Cooperação interinstitucional e

Compromisso com a sociedade.

Visão

Ser reconhecido nacionalmente como centro de excelência na geração de conhecimento socioeconômico e geográfico até 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba

Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE.

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

www.ipece.ce.gov.br

Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe** disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

Nesta Edição

Cabe aos municípios brasileiros prover diversos serviços públicos aos seus habitantes, sendo necessário, para essa tarefa, que ele disponha dos recursos financeiros. Assim, uma preocupação constante da administração pública local deve ser a situação fiscal de suas contas. Com base nesse pressuposto, o presente Informe analisa a situação fiscal do município de Fortaleza nos anos de 2000 a 2011.

É verificado que, nesse período, a administração municipal pautou-se pelo equilíbrio entre suas despesas e receitas, observando-se, no entanto, grande dependência de repasse de recursos federais e estaduais. Constatou-se, ainda, que os investimentos locais foram reduzidos enquanto que as despesas de pessoal subiram consideravelmente. Por fim, observou-se também uma expressiva capacidade de endividamento do município de Fortaleza.

1. INTRODUÇÃO

No pacto federativo brasileiro, consolidado na Constituição Federal de 1988, coube aos municípios importante papel na prestação de serviços públicos, que deveriam ser financiados por arrecadação própria e por transferências da União e dos Estados. Acreditava-se que o poder público local estaria mais apto a atender as necessidades da população.

Já na década de noventa, a preocupação com a situação fiscal no Brasil culminou com a promulgação da Lei Complementar 101, no ano de 2000, que estabelecia limites de gasto público e de endividamento da União, Estados e Municípios. Essa medida deu-se pelo fato do desempenho fiscal do setor público constituir um importante condicionante para a provisão de bens e serviços públicos.

Esperava-se assim que governos mais comprometidos com a disciplina fiscal tivessem melhores condições de alocarem eficientemente seus recursos, direcionando-os para as áreas de maior retorno econômico e social. Manter as finanças públicas equilibradas é sinalização de uma boa gestão pública e é isso, fundamentalmente, o que a sociedade espera de qualquer gestor público.

A partir desse pressuposto, e seguindo uma série de estudos sobre Fortaleza que o IPECE vem desenvolvendo, decidiu-se analisar a situação fiscal do Município no período de 2000 a 2011. O intuito é contribuir para ampliar o conhecimento sobre a vida socioeconômica de Fortaleza, tendo como ênfase neste estudo, sua situação fiscal.

O presente Informe está organizado em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. Na próxima seção são apresentadas as principais fontes de receitas municipais e, na terceira, faz-se um breve comparativo com as receitas de outras capitais brasileiras. No quarto tópico é analisado o comportamento das principais despesas. A quinta seção aborda o resultado orçamentário e o endividamento municipal. Na última são feitos alguns comentários conclusivos.

2. AS RECEITAS CORRENTES

As receitas correntes do município de Fortaleza apresentaram expressiva expansão entre os anos de 2000 e 2011, com um crescimento real acumulado de 83,5% e uma taxa média anual de 5,2% (Tabela 1). Interessante observar que as receitas cresceram mais

do que sua própria população, cujo crescimento acumulado foi de 15,7%. Isso significa que a receita corrente *per capita* da prefeitura de Fortaleza aumentou de R\$1.001, em 2000, para R\$1.587, em 2011, com uma expansão de, aproximadamente, 59% no período.

Tabela 1: População, receitas correntes, tributárias e de transferências de Fortaleza (R\$ de 2011)

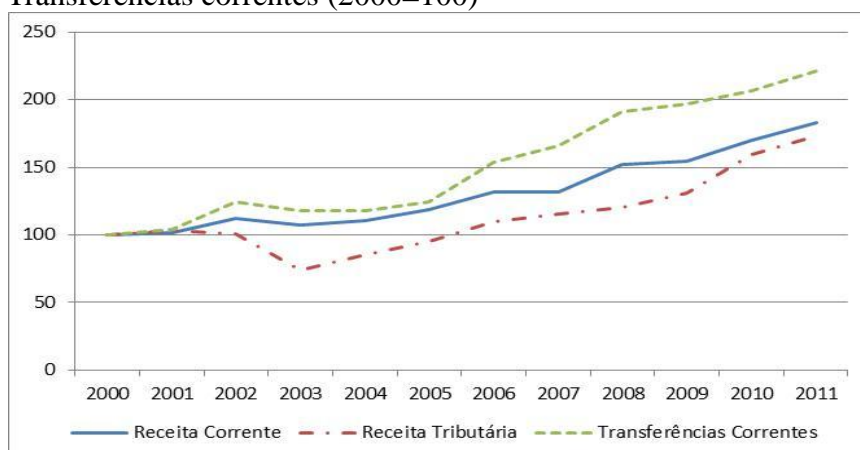
Ano	População		Receitas Correntes (A=B+C+D)		Receita tributária (B)		Transferências Correntes (C)		Outras Receitas Correntes (D)	
	Abs.	Índice	R\$ 1.000	Índice	R\$ 1.000	Índice	R\$ 1.000	Índice	R\$ 1.000	Índice
2011	2.477	115,76	3.932.655	183,51	809.956	173,56	2.572.603	221,51	550.096	106,82
2010	2.452	114,62	3.648.218	170,24	744.455	159,52	2.404.199	207,01	499.563	97,00
2009	2.506	117,12	3.311.427	154,52	609.893	130,69	2.291.134	197,28	410.400	79,69
2008	2.474	115,62	3.269.370	152,56	560.243	120,05	2.219.150	191,08	489.977	95,14
2007	2.431	113,65	2.822.560	131,71	539.003	115,50	1.932.333	166,38	351.224	68,20
2006	2.417	112,97	2.818.154	131,50	511.990	109,71	1.784.864	153,69	521.300	101,22
2005	2.375	111,01	2.538.364	118,45	443.495	95,03	1.446.621	124,56	648.249	125,87
2004	2.333	109,03	2.365.765	110,39	396.732	85,01	1.373.606	118,27	595.427	115,62
2003	2.256	105,46	2.306.284	107,62	345.189	73,97	1.367.111	117,71	593.985	115,34
2002	2.220	103,76	2.401.867	112,08	469.582	100,62	1.449.639	124,82	482.647	93,72
2001	2.184	102,07	2.179.472	101,70	482.793	103,45	1.208.011	104,02	488.668	94,89
2000	2.139	100,00	2.143.043	100,00	466.674	100,00	1.161.375	100,00	514.994	100,00

Fonte: FINBRA - STN

Por outro lado, deve-se observar que as receitas correntes do município tiveram origem em diversas fontes, predominando as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes, sendo estas últimas originárias da União e dos Estados. Como pode ser verificado na Tabela 1, essas últimas foram a mais importante fonte de receita do executivo municipal, respondendo, em 2011, por mais de 65% dos recursos disponíveis. Além do mais, deve-se ressaltar também que essa fonte foi a responsável principal pelo incremento da disponibilidade de receitas do município, dado o seu crescimento de 121,5%, no período contra 73,5% das Receitas Tributárias, conforme pode ser observado no Gráfico 1.

Quanto às Receitas Tributárias, constata-se que elas declinaram de 2000 a 2003, mas a partir de 2004 passaram a crescer de forma contínua. Desse modo, torna-se interessante analisar o comportamento dos principais tributos arrecadados pelo poder municipal, com o intuito de explicar essa tendência.

Gráfico 1: Índice de Crescimento das receitas corrente, tributária e Transferências correntes (2000=100)



Fonte: FINBRA - STN

Na Tabela 2 são apresentados os três principais componentes da Receita Tributária de Fortaleza, que são o IPTU (Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana), o ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) e o ISQN (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza). O Gráfico 2 mostra a evolução desses tributos no período sob análise.

Inicialmente, verifica-se que o principal imposto municipal em termos do valor arrecadado é o ISQN que, em 2011, respondia por mais da metade (53%) da receita tributária de Fortaleza. A arrecadação desse tributo oscilava entre R\$ 180 milhões e R\$ 220 milhões até 2003, mas a partir de 2004 passou a apresentar uma tendência crescente chegando a R\$ 427,5 milhões em 2011, um crescimento real de 102,6% sobre o volume arrecadado em 2000.

Um dos fatores que explicam essa expansão na arrecadação desse tributo foi a mudança na legislação em 2003, através da Lei Complementar Municipal nº 14 de 26 de dezembro de 2003 que definiu com maior precisão as atividades que ele passaria a incidir.

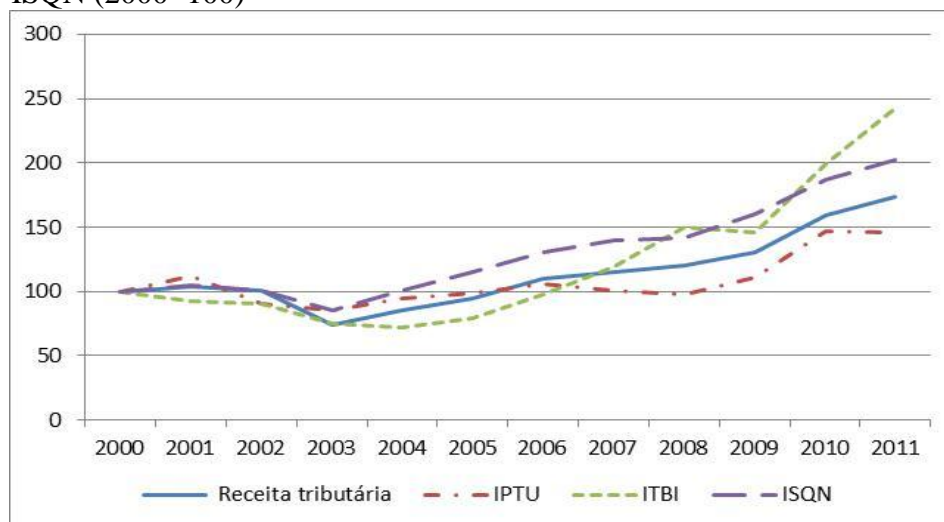
Com relação ao IPTU, segundo tributo mais importante do município, observa-se um comportamento errático no período de 2000 a 2009, quando a arrecadação oscilou entre R\$ 100 milhões e R\$ 130 milhões. Apenas em 2010 e 2011 foi possível registrar um crescimento expressivo dessa fonte.

Tabela 2: Principais Receitas Tributárias de Fortaleza (R\$ de 2011)

Ano	Receita tributária (A=B+C+D+E)		IPTU (B)		ITBI (C)		ISQN (D)		Outras Receitas Tributárias (E)	
	R\$ 1.000	Índice	R\$ 1.000	Índice	R\$ 1.000	Índice	R\$ 1.000	Índice	R\$ 1.000	Índice
2011	809.956	173,56	172.072	145,78	88.286	242,14	427.468	202,63	122.130	120,66
2010	744.455	159,52	173.346	146,86	72.860	199,83	394.779	187,14	103.470	102,22
2009	609.893	130,69	130.748	110,77	53.089	145,61	337.447	159,96	88.609	87,54
2008	560.243	120,05	115.167	97,57	54.842	150,41	299.417	141,93	90.817	89,72
2007	539.003	115,50	119.297	101,07	43.646	119,71	295.706	140,17	80.354	79,38
2006	511.990	109,71	124.631	105,59	35.693	97,89	276.285	130,97	75.381	74,47
2005	443.495	95,03	116.363	98,58	28.695	78,70	243.574	115,46	54.862	54,20
2004	396.732	85,01	112.194	95,05	26.181	71,81	211.568	100,29	46.789	46,22
2003	345.189	73,97	100.511	85,15	27.259	74,76	180.378	85,50	37.040	36,59
2002	469.582	100,62	106.619	90,33	33.173	90,98	211.778	100,39	118.011	116,59
2001	482.793	103,45	132.361	112,14	33.744	92,55	220.736	104,64	95.952	94,79
2000	466.674	100,00	118.034	100,00	36.461	100,00	210.958	100,00	101.222	100,00

Fonte: FINBRA - STN

O incremento da arrecadação do IPTU, no ano de 2010, pode ser creditado em grande medida, à atualização da planta de valores aprovada no ano anterior, que propiciou um reajuste médio do valor venal dos imóveis entre 25% e 30%, que passaram a valer no ano seguinte. Já em 2011, os valores foram corrigidos pela inflação, isto é, não houve ganho real entre os dois últimos anos da série.

Gráfico 2: Índice de Crescimento da receita tributária, IPTU, ITBI e ISQN (2000=100)

Fonte: FINBRA - STN

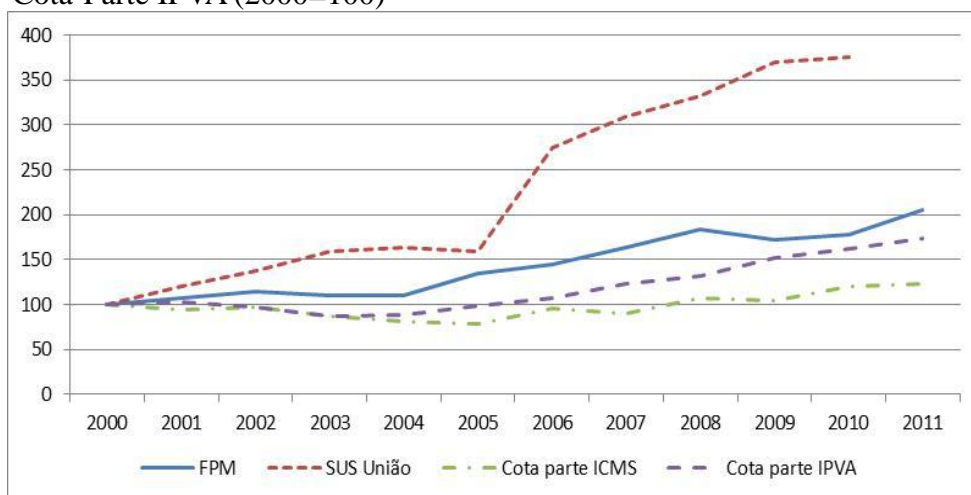
O último tributo analisado, o ITBI, apresentou o maior crescimento, entre os tributos municipais, no período de 2000 a 2011, alcançando a marca de 142% ao longo do período. É possível constatar, ainda na Tabela 2, que sua arrecadação decaiu até o ano de 2004 e, desde então, vem crescendo ano após ano. Dado que o fato gerador desse

imposto é a transmissão onerosa dos bens imóveis do município, pode-se creditar esse desempenho a grande expansão do mercado imobiliário em Fortaleza.

Quanto às Transferências, elas estão apresentadas na Tabela e Gráfico 3, sendo constituídas, principalmente, pelo FPM (Fundo de Participação dos Municípios), SUS União, Cota-Parte do ICMS (Imposto sobre Circulação de Bens e Serviços) e Cota-Parte do IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor). Pode-se observar que no ano de 2000, a principal fonte de recursos transferidos para o tesouro municipal provinha da Cota-Parte do ICMS. Entretanto, esta fonte de receita cresceu apenas 23,6%, índice bem inferior aos outros componentes

Tendo em vista que a Cota-Parte do ICMS representa uma fração desse tributo arrecadado pelo Governo do Estado na área do município de Fortaleza e que ele incide sobre operações de compra e venda de bens e serviços no setor industrial e comercial, pode-se deduzir-se que esse desempenho está, de certo modo, condicionado ao desempenho econômico do município. O fato da arrecadação de ICMS do Estado ter crescido 46,9%, de R\$4,5 bilhões (a preços constantes de 2011), em 2000, para R\$6,7 bilhões, em 2011, reforça essa hipótese.

Gráfico 3: Índice de Crescimento do FPM, SUS União, Cota parte ICMS e Cota-Parte IPVA (2000=100)



Fonte: FINBRA - STN

Esse comportamento pode ser uma consequência de uma baixa dinâmica econômica da cidade e da migração de empresas industriais para outros municípios cearenses, ou outros estados, o que acaba influenciando a redução na base de arrecadação do ICMS em Fortaleza. Análises mais acuradas poderão ser encontradas no Tema III dessa série que abordará a questão econômica de Fortaleza.

Tabela 3: Principais receitas de transferências para o município de Fortaleza (R\$ de 2011)

Ano	Transferências Correntes (A=B+C+D+E+F)		FPM (B)		SUS União (C)		Cota-Parte ICMS (D)		Cota-Parte IPVA (E)		Outras Transferências (F)	
	R\$ 1.000	Índice	R\$ 1.000	Índice	R\$ 1.000	Índice	R\$ 1.000	Índice	R\$ 1.000	Índice	R\$ 1.000	Índice
2011	2.572.603	221,51	688.075	205,24	-	-	635.247	123,62	123.916	173,67	-	-
2010	2.404.199	207,01	595.578	177,65	572.001	375,63	621.369	120,92	115.993	162,56	499.258	563,45
2009	2.291.134	197,28	578.548	172,57	562.600	369,45	536.741	104,45	108.537	152,11	504.709	569,60
2008	2.219.150	191,08	618.067	184,35	506.808	332,82	549.589	106,95	94.130	131,92	450.556	508,49
2007	1.932.333	166,38	548.816	163,70	469.830	308,53	462.023	89,91	87.539	122,68	364.126	410,95
2006	1.784.864	153,69	486.746	145,18	418.517	274,84	492.344	95,81	76.321	106,96	310.936	350,92
2005	1.446.621	124,56	451.002	134,52	242.725	159,40	406.062	79,02	70.665	99,04	276.167	311,68
2004	1.373.606	118,27	371.521	110,82	249.172	163,63	421.319	81,99	63.214	88,59	268.380	302,89
2003	1.367.111	117,71	368.683	109,97	242.023	158,93	450.081	87,59	61.753	86,55	244.570	276,02
2002	1.449.639	124,82	385.988	115,13	209.592	137,64	501.502	97,59	69.419	97,29	283.138	319,54
2001	1.208.011	104,02	358.430	106,91	182.449	119,81	486.146	94,60	73.250	102,66	107.736	121,59
2000	1.161.375	100,00	335.260	100,00	152.279	100,00	513.875	100,00	71.353	100,00	88.607	100,00

Fonte: FINBRA - STN

*As transferências oriundas do SUS União, de 2011, ainda não estão disponíveis

Quanto ao FPM, ele teve um crescimento de mais de 100% no período. Observa-se, no entanto, uma redução nos valores repassados entre os anos de 2008 e 2009, que só foi superada em 2011. Isso ocorreu porque, em 2008, o Governo Federal anunciou uma série de medidas tributárias, em resposta a crise internacional presenciada naquele ano, que reduziram a arrecadação de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que compõem a base tributária sobre a qual incide o percentual de rateio do FPM.

Por outro lado, os repasses dos recursos da conta SUS União tiveram um incremento real expressivo, entre os anos de 2000 e 2010, de mais de 275%. Observe-se que eles representavam menos da metade do FPM, em 2000, e, dez anos após, quase igualou-se a essa fonte.

Quanto aos repasses da Cota-Parte do IPVA, constata-se que eles vêm crescendo desde o ano de 2003, tendo dobrado os valores transferidos desde então. Esse crescimento é um reflexo da expansão da frota de veículos do município, dado que metade dos recursos arrecadados pelo Estado é repassada ao governo local.

Finalizando, é interessante verificar, com base nas Tabelas 2 e 3, que as receitas de transferências correntes superaram, em 2011, em mais de três vezes, as Receitas Tributárias. Isso reduz a capacidade de autonomia tributária do município, já que, de certa forma, sua arrecadação pode ser afetada por decisões de políticas fiscais tomadas nas esferas estadual ou federal, fragilizando assim sua posição financeira e capacidade de planejamento. Nesse sentido, é necessário que o governo municipal busque alternativas para incrementar sua arrecadação própria, minimizando potenciais problemas.

3. COMPARATIVO COM OUTRAS CAPITAIS

A análise anterior teve como foco central a evolução das fontes de receita de Fortaleza. Entretanto, pode-se fazer uma análise em termos de seu desempenho comparativamente com outras capitais brasileiras. Assim, na Tabela 4 são apresentadas as mesmas fontes de receitas, citadas anteriormente, para os municípios de Recife, Salvador e Belo Horizonte, bem como suas populações. Essas cidades foram escolhidas por possuírem ou população similar a de Fortaleza, (Salvador e Belo Horizonte), ou por estarem na mesma região geográfica (Recife e Salvador).

Da observação da Tabela 4, abaixo, pode-se constatar, em primeiro lugar, que o município de Fortaleza foi o que apresentou maior crescimento da receita corrente, sendo esse fato decorrente, principalmente, da expansão de 107% das transferências correntes. Ademais, as receitas tributárias também contribuíram para esse fato, dado que o crescimento de 59,5% foi também superior a das outras cidades.

Entretanto, deve-se ressaltar que Fortaleza, tanto em 2000 como em 2010, apresentava o menor volume de Receitas Tributárias entre os quatro municípios. Esse quadro torna-se mais representativo quando se considera que Recife, em 2010, possuía uma arrecadação 14,7% superior a de Fortaleza, mas com uma população 37,2% menor.

A situação se repete quando se analisa o comportamento do IPTU e ISQN, ou seja, a arrecadação de Fortaleza foi a que mais cresceu apresentando, porém, o menor volume de arrecadação. A menor arrecadação da capital cearense torna-se mais evidente quando se compara com Recife, que possui maiores receitas nesses dois tributos mesmo tendo uma população bem inferior. Por outro lado, esse maior crescimento pode significar uma dinâmica maior na atividade econômica de Fortaleza quando comparada com as outras capitais.

Quando às receitas de transferências, observa-se que em Fortaleza, Recife e Salvador elas cresceram mais do que as tributárias. Especificamente em Fortaleza e Salvador, o item com maior incremento foram os recursos provenientes do SUS União.

Tabela 4: Comparativo das principais fontes de receitas entre municípios selecionados (R\$ 1.000 de 2011)

Discriminação	FORTALEZA			RECIFE			SALVADOR			BELO HORIZONTE		
	2000	2010	Δ%	2000	2010	Δ%	2000	2010	Δ%	2000	2010	Δ%
População	2.139.372	2.452.185	14,6	1.388.193	1.537.704	10,8	2.331.612	2.675.656	14,8	2.154.161	2.375.151	10,3
Receitas Correntes	2.143.043	3.648.218	70,2	1.809.408	2.747.693	51,9	2.068.527	3.318.655	60,4	3.670.174	5.573.328	51,9
Receitas Tributárias	466.674	744.455	59,5	581.837	853.958	46,8	835.945	1.154.264	38,1	1.260.134	1.839.236	46,0
<i>IPU</i>	118.034	173.346	46,9	154.665	200.981	29,9	213.553	215.882	1,1	419.136	572.939	36,7
<i>ITBI</i>	36.461	72.860	99,8	31.741	51.176	61,2	53.923	136.869	153,8	107.618	227.527	111,4
<i>ISQN</i>	210.958	394.779	87,1	278.053	441.709	58,9	387.509	571.521	47,5	475.440	709.454	49,2
Transferências												
Correntes	1.161.375	2.404.199	107,0	1.010.451	1.604.431	58,8	988.297	1.883.935	90,6	1.984.735	2.912.972	46,8
FPM	335.260	595.578	77,6	223.896	333.709	49,0	269.765	428.816	59,0	187.746	285.878	52,3
ICMS	513.875	621.369	20,9	501.156	639.877	27,7	422.035	459.362	8,8	592.907	727.813	22,8
IPVA	71.353	115.993	62,6	60.754	117.084	92,7	56.988	132.364	132,3	212.338	366.638	72,7
SUS	152.279	572.001	275,6	170.855	263.506	54,2	81.570	494.042	505,7	763.595	958.076	25,5

Fonte: FINBRA - STN

4. DESPESAS CORRENTES E INVESTIMENTOS

Nesta seção serão analisadas as despesas do município de Fortaleza, cujos dados estão apresentados na Tabela 5 e Gráfico 4. Inicialmente, quanto à sua composição, deve-se pontuar que seus principais componentes são as despesas correntes e as de capital, sendo os gastos com pessoal e investimentos suas principais componentes, respectivamente.

Percebe-se inicialmente que as despesas correntes cresceram, entre os anos de 2000 e 2011, em ritmo similar ao das receitas correntes, sendo esse fato um indicativo de forma geral da manutenção de um orçamento equilibrado ao longo desse período. É de se considerar que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aprovada em 2000, tenha contribuído de forma decisiva para esse processo.

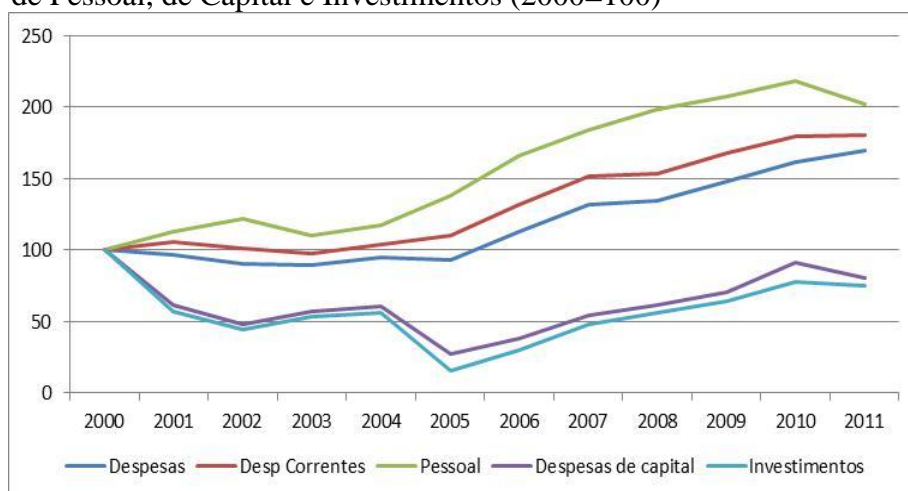
Tabela 5: Despesas correntes, com pessoal, de capital e investimentos no município de Fortaleza (R\$ de 2011)

Ano	Despesas (A=B+C)		Desp. Correntes (B)		Pessoal		Desp. Capital (C)		Investimentos	
	R\$1.000	Índice	R\$1.000	Índice	R\$1.000	Índice	R\$1.000	Índice	R\$1.000	Índice
2011	3.845.343	169,8	3.246.296	180,3	1.604.058	202,6	372.936	80,3	325.838	75,0
2010	3.652.807	161,3	3.230.700	179,4	1.730.982	218,6	422.107	90,9	337.156	77,6
2009	3.349.114	147,9	3.022.308	167,9	1.645.124	207,8	326.806	70,4	278.033	64,0
2008	3.048.517	134,6	2.761.495	153,4	1.575.809	199,0	287.022	61,8	244.347	56,3
2007	2.982.081	131,7	2.729.681	151,6	1.457.422	184,1	252.400	54,4	207.090	47,7
2006	2.558.547	113,0	2.379.183	132,1	1.312.466	165,7	179.364	38,6	130.817	30,1
2005	2.110.444	93,2	1.983.362	110,2	1.091.212	137,8	127.082	27,4	69.980	16,1
2004	2.149.081	94,9	1.866.180	103,7	933.741	117,9	282.900	60,9	245.067	56,4
2003	2.020.726	89,2	1.756.895	97,6	876.430	110,7	263.831	56,8	232.503	53,5
2002	2.048.803	90,5	1.824.505	101,3	965.036	121,9	224.298	48,3	194.206	44,7
2001	2.184.048	96,4	1.899.329	105,5	892.116	112,7	284.719	61,3	248.746	57,3
2000	2.264.595	100,0	1.800.420	100,0	791.844	100,0	464.175	100,0	434.209	100,0

Fonte: FINBRA – STN

Quanto à composição das despesas, pode-se observar que os gastos de pessoal cresceram 20 pontos percentuais acima das despesas correntes, duplicando, em termos reais, no período. Por outro lado, as despesas de capital e de investimentos retroagiram em 20% e 25%, respectivamente, de 2000 e 2011.

Gráfico 4: Índice de Crescimento das Despesas, Despesas Correntes, de Pessoal, de Capital e Investimentos (2000=100)



Fonte: FINBRA – STN

Outro ponto relevante nessa análise foi examinar a evolução dos gastos municipais em serviços sociais essenciais, como educação e saúde. Pela Tabela 6 e Gráfico 5 é possível constatar que eles cresceram, de uma forma geral, em ritmo semelhante às despesas correntes. Entretanto, é oportuno analisar a representatividade desses gastos quanto à composição do orçamento municipal. Essa informação é apresentada no Gráfico 6.

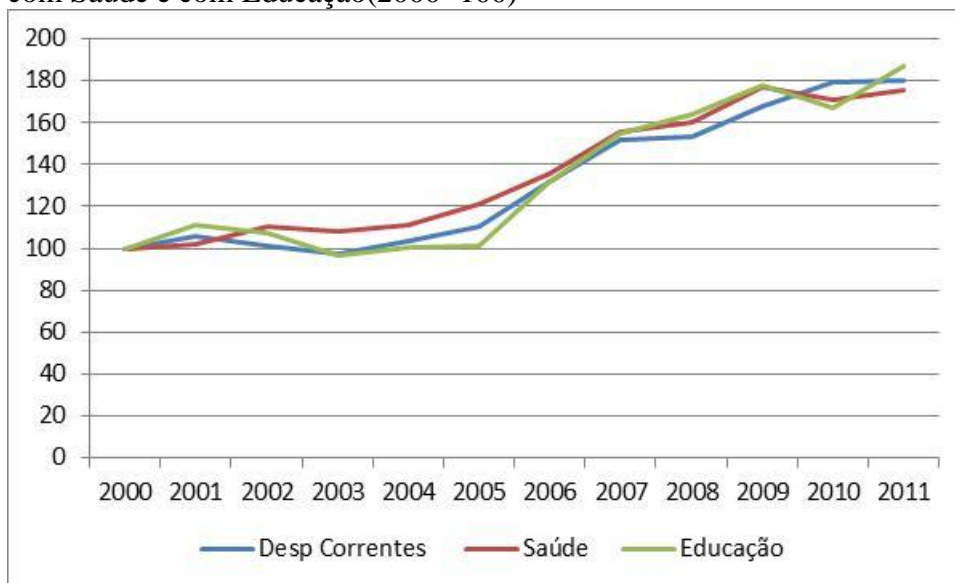
Tabela 6: Gastos com saúde e educação no município de Fortaleza (R\$ de 2011)

Ano	Desp Correntes		Saúde		Educação	
	R\$1.000	Índice	R\$1.000	Índice	R\$1.000	Índice
2011	3.246.296	180,31	1.130.865	175,77	713.436	187,19
2010	3.230.700	179,44	1.100.119	170,99	637.7717	167,34
2009	3.022.308	167,87	1.140.633	177,29	677.962	177,88
2008	2.761.495	153,38	1.030.736	160,20	624.456	163,84
2007	2.729.681	151,61	998.946	155,26	589.185	154,59
2006	2.379.183	132,15	872.261	135,57	503.771	132,18
2005	1.983.362	110,16	781.467	121,46	384.446	100,87
2004	1.866.180	103,65	714.682	111,08	383.242	100,55
2003	1.756.895	97,58	696.669	108,28	368.524	96,69
2002	1.824.505	101,34	711.817	110,64	410.636	107,74
2001	1.899.329	105,49	655.802	101,93	424.933	111,49
2000	1.800.420	100,00	643.389	100,00	381.131	100,00

Fonte: FINBRA - STN

*Nos anos de 2000 e 2001 os gastos com saúde incluem os dispêndios com saneamento e os de educação incluem os de cultura, assim a taxa de crescimento, no período de 2000 a 2011, está subestimada.

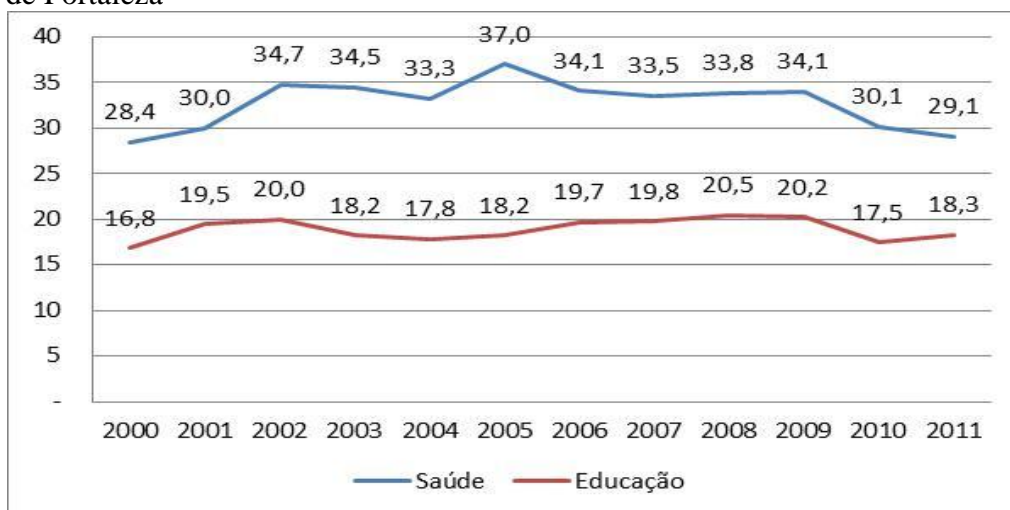
Gráfico 5: Índice de Crescimento das Despesas Correntes, dos Gastos com Saúde e com Educação(2000=100)



Fonte: FINBRA – STN

De fato, observando-se a composição da despesa orçamentária de Fortaleza, entre os anos de 2000 e 2011 constata-se que os gastos com saúde oscilaram entre 30% e 35% do orçamento do Município, enquanto que as despesas com educação situaram-se entre 15% e 20%. Assim sendo, pode-se intuir no período de análise que a alocação de recursos orçamentários nessas áreas não sofreu alterações significativas.

Gráfico 6: Representatividade dos gastos com Saúde e Educação no orçamento de Fortaleza



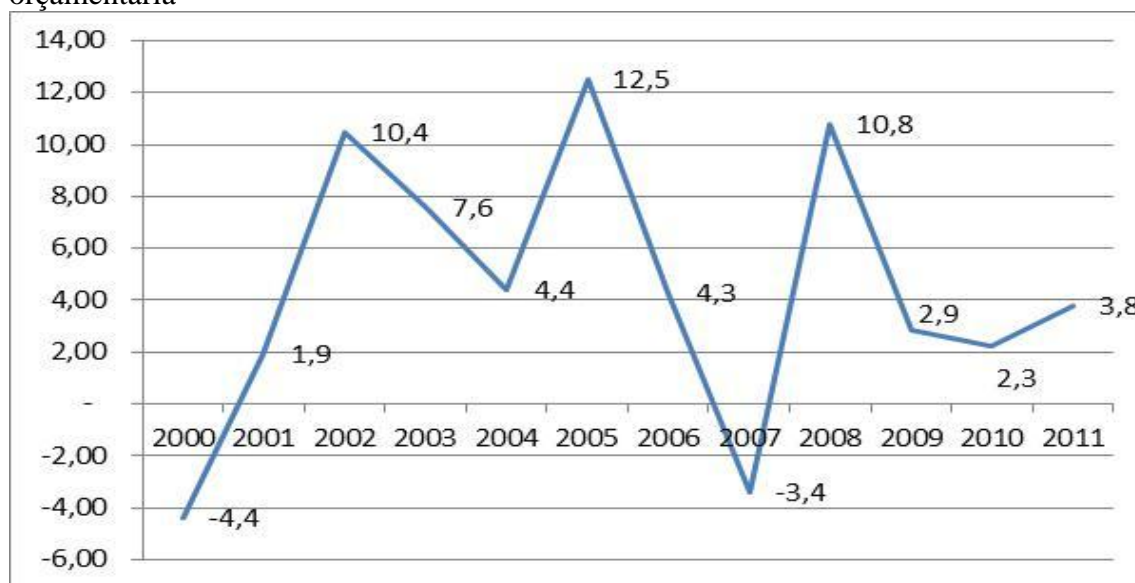
Fonte: FINBRA - STN

4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO¹ E DÍVIDA

Outro ponto que merece destaque é a avaliação da dívida pública municipal. Esta seção tem como objetivo aprofundar a análise do resultado orçamentário do município, que acaba influenciando no comportamento de sua dívida pública. Dado que as receitas municipais têm crescido pouco mais do que as despesas, era de se esperar que, ao longo do período 2000 a 2011, as finanças locais apresentassem bom equilíbrio.

De fato, analisando-se o Gráfico 7, apesar do resultado orçamentário ter apresentado certa flutuação no período, apenas nos anos de 2000 e 2007 constatou-se déficit orçamentário. Nos demais anos foram registrados superávits orçamentários, sendo o valor máximo observado no ano de 2005, quando o resultado representou mais de 12% das receitas orçamentárias do município.

Gráfico 7: Resultado orçamentário de Fortaleza como percentual da receita orçamentária



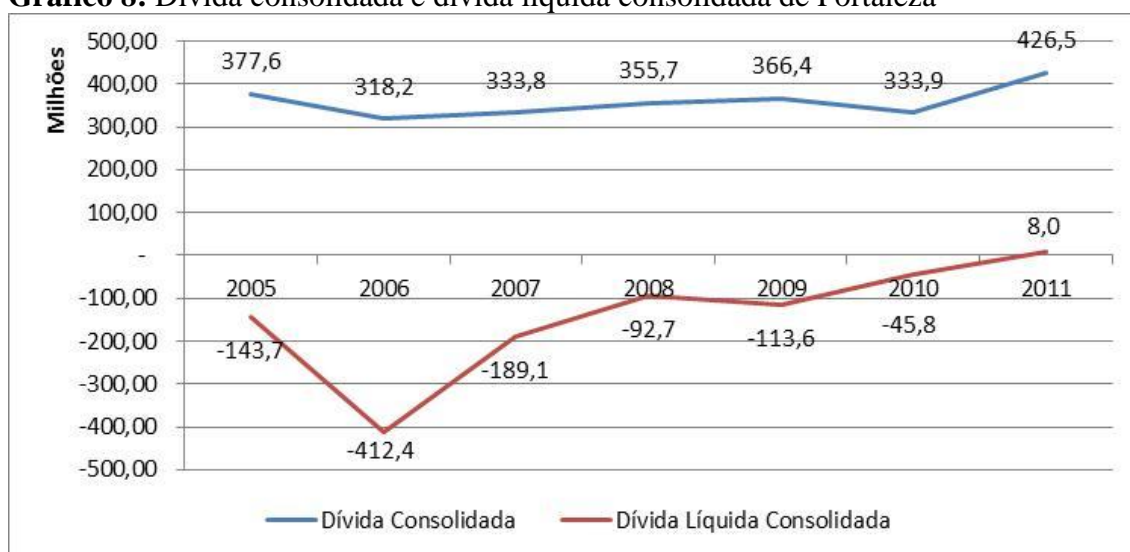
Fonte: FINBRA - STN

Com relação a evolução da dívida pública municipal, ela é analisada a partir de 2005, quando os dados passaram a ser disponibilizada pela Secretária do Tesouro Nacional. De acordo com o Gráfico 8, a Dívida Consolidada de Fortaleza nesse período, situou-se entre R\$ 300 milhões e R\$ 400 milhões. Ressalte-se que esse valor corresponde por volta de 10% da receita corrente do município.

¹ O resultado orçamentário é obtido quando se subtrai das receitas orçamentárias, que incluem as receitas correntes e as de capitais, o total das despesas orçamentárias. Se o resultado for positivo diz-se que ocorreu um superávit orçamentário, caso contrário denomina-se de déficit orçamentário.

Já a Dívida Consolidada Líquida, que deduz do valor da dívida a disponibilidade de caixa bruta e demais haveres financeiros, foi negativa² até o ano de 2010, alcançando o valor de R\$ 8 milhões, em 2011. Sabe-se que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece que o endividamento máximo do município pode ser de 120% de sua Receita Corrente Líquida e que, para o caso de Fortaleza, em 2011, isso representaria o montante de R\$ 4,2 bilhões. Portanto, pode-se atestar que há um considerável espaço para o município aumentar o volume de empréstimos, dado o baixo nível de endividamento municipal existente.

Gráfico 8: Dívida consolidada e dívida líquida consolidada de Fortaleza

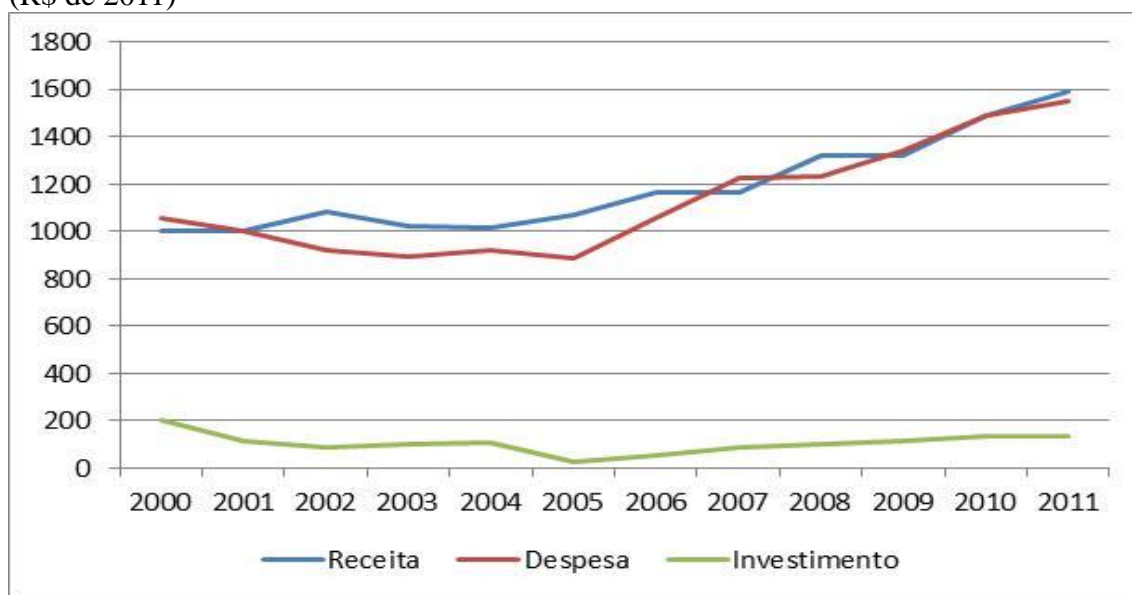


Fonte: FINBRA – STN

Em suma, analisando de forma conjunta a evolução da Receita, da Despesa e do Investimento *per capita* (Gráfico 9), percebe-se que as duas primeiras, desde 2005, passaram a assumir uma trajetória ascendente e com níveis e tendências semelhantes. Por outro lado, o Investimento *per capita* não acompanhou a trajetória das duas primeiras, com pequenos acréscimos no decorrer dos anos, permanecendo praticamente constante no período em análise, sem voltar, entretanto, ao nível de 2000.

² O resultado negativo significa que os recursos disponíveis no município seriam mais do que suficientes para o pagamento da dívida municipal.

Gráfico 9: Evolução da Receita Corrente, das Despesas e do Investimento *Per Capita* (R\$ de 2011)



Fonte: FINBRA – STN

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse documento objetivou descrever de forma sucinta e objetiva, a situação fiscal do município de Fortaleza. De uma forma geral, observou-se que, no período em análise, as despesas correntes do município vêm acompanhando o crescimento das receitas, sem que sejam registrados, de forma sistemática, déficits orçamentários na gestão pública municipal. Como consequência, identifica-se um baixo nível de endividamento do município. Constatou-se também a grande dependência das transferências intergovernamentais para as finanças públicas locais, podendo prejudicar seu planejamento financeiro.

A análise identificou que os investimentos se encontravam, em 2011, em níveis inferiores aos observados em 2000. Ademais, o baixo endividamento do município permite que se busquem fontes externas de financiamento, além do aumento da arrecadação municipal, para a elevação desse tipo de gasto que pode resultar em um maior crescimento econômico local. Para isso, no entanto, é importante o desenvolvimento de bons projetos.

Glossário

Receita Corrente: Total das receitas arrecadadas e transferidas pela União e Estado.

Receita Tributária: Arrecadação de impostos e taxas cobrados pelo Município.

Transferências Correntes: Recursos transferidos pela União e Estados por determinação legal ou por convênios.

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano.

ITBI: Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis.

ISQN: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

FPM: Fundo de Participação dos Municípios, recursos transferidos pela União tendo por base a arrecadação de IPI e Imposto de Renda do País.

SUS União: Recursos transferidos pela União para financiar parte das despesas com saúde.

Cota Parte ICMS: Parcela de 25% do ICMS arrecadado no município transferido pelo Estado.

Cota parte IPVA: Parcela de 50% do IPVA arrecadado no município transferido pelo Estado.

Despesas: Despesas orçamentárias da capital

Despesas Correntes: Despesas necessárias para o funcionamento dos órgãos públicos.

Despesas de Pessoal: Despesa com pessoal ativo, inativo, decisões judiciais, etc.

Despesas de Capital: Despesas com investimentos, amortizações de capital, etc

Despesas de Investimentos: Despesas para pagamento de consultorias, obras em geral etc.

Despesas com Saúde: Despesas executadas para a prestação de serviços de educação.

Despesas com Educação: Despesas executadas para a prestação de serviços de saúde.

Resultado Orçamentário: Resultado da diferença entre receitas orçamentárias e despesas.